

# GEOGRAFIA URBANA

Revisitando conceitos e temas

Otávio Santos  
Katielle Silva  
Jorge Malheiros  
(Organizadores)



**CEG**  
Centro de Estudos Geográficos



Editora  
Universitária  
da UFPA



# GEOGRAFIA URBANA

Revisitando conceitos e temas

Otávio Santos  
Katielle Silva  
Jorge Malheiros  
(Organizadores)

1ª Edição



**Reitoria**

Marcelo Brito Carneiro Leão  
*Reitor da UFRPE*  
Gabriel Rivas de Melo  
*Vice-Reitor*

**Editora**

Editora Universitária da UFRPE

**Comissão Diretiva Editorial**

Edson Cordeiro do Nascimento  
*Diretor do Sistema de Bibliotecas*  
Antão Marcelo F. Athayde Cavalcanti  
*Diretor da Editora da UFRPE*  
José Abmael de Araújo  
*Coordenador Administrativo da Editora*  
Josuel Pereira de Souza  
*Chefe de Produção Gráfica*

**Endereço**

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n  
Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900  
<http://www.editora.ufrpe.br/>

**Título**

Geografia Urbana: revisitando conceitos e temas

**Organizadores**

Otávio Santos, Katielle Silva e  
Jorge Malheiros

**Imagem da Capa**

Otávio Santos

**Edição**

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa | Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023

978-65-85711-31-9 (ISBN digital)

978-65-85711-30-2 (ISBN físico)

Doi: 10.33787/CEG20230002

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia urbana: revisitando conceitos e temas  
Otávio Augusto Alves dos Santos, Katielle Susane do Nascimento Silva,  
Jorge Malheiros (orgs.). -- 1. ed. -- Lisboa: CEG-IGOT-ULisboa; Recife:  
UFRPE, 2023.  
Vários autores  
Bibliografia.

**ISBN**

978-65-85711-31-9(digital)

978-65-85711-30-2 (físico)

1. Gentrificação (Urbanismo)
  2. Geografia urbana
  3. Planejamento urbano
  4. Segregação urbana
  5. Urbanização
- I. Santos, Otávio Augusto Alves dos.  
II. Silva, Katielle Susane do Nascimento.  
III. Malheiros, Jorge.

23-173635

CDD-910.91732

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Cidades: Geografia urbana 910.91732
- Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

# Sumário

## Secção I

### Dinâmicas espaciais urbanas: processos tradicionais em transformação e novos processos

- 13 Refletindo sobre a urbanização como totalidade de um "processo concreto pensado"  
*Edvânia Torres Aguiar Gomes e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque*
- 27 A gentrificação na evolução do pensamento geográfico: algumas notas epistemológicas  
*Luís Mendes*
- 47 Segregação Socioespacial Urbana  
*Jorge Malheiros e Paulo Miguel Madeira*
- 63 Olhares geográficos sobre a fragmentação urbana  
*Teresa Barata-Salgueiro*
- 79 (In)Justiça Espacial e Capital Espacial  
*Katielle Silva e André Carmo*
- 101 Reestruturação urbana: novos papéis e funções das cidades médias  
*Mariana Rabêlo Valença*

## Secção II

### Espaços da cidade, limites e atores urbanos: reflexões críticas

- 117 Movimentos Sociais Urbanos  
*Cláudio Jorge Moura de Castilho*
- 147 Assentamentos (In)formais: territórios populares na urbanização brasileira  
*Jorge Luiz Barbosa*
- 159 Comum: a emergência de um novo conceito para a Geografia Urbana?  
*Otávio Augusto Alves dos Santos*

- 175 Ecologia Política Urbana  
*Archie Davies*
- 187 Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral brasileiro:  
dicotomias entre os espaços concebido e percebido  
*Cristina Pereira de Araújo, Luciano Muniz Abreu e Denise Betânia Marques dos Santos*
- 201 Geografia, Género e Interseccionalidade  
*Ana Carolina Ferraz dos Santos e Margarida Queirós*

### **Secção III**

#### **Cidade, movimento e inovação: atividades e mobilidades em transformação**

- 229 Territorializações Urbanas do Turismo  
*Eduardo Brito-Henriques*
- 247 O Comércio na Geografia Urbana  
*Pedro Guimarães e Herculano Cachinho*
- 263 Plataformização do Espaço Urbano: o caso das Plataformas de Entregas na Área Metropolitana de Lisboa  
*Nuno Rodrigues, Daniela Ferreira e Mário Vale*
- 273 Acessibilidade  
*Miguel Padeiro*

### **Secção IV**

#### **Em busca de cidades mais resilientes, amigas e saudáveis: perspectivas críticas, desafios e respostas**

- 295 Cidades Saudáveis  
*Ángela Freitas e Paula Santana*
- 317 A Identificação de áreas críticas de emissão de carbono em ambiente urbano: uma nova perspectiva do clima de Lisboa  
*António Manuel Saraiva Lopes e Max Wendell dos Anjos*
- 335 Riscos ambientais e áreas urbanas  
*Sandra Oliveira, Jorge Rocha e José Luís Zêzere*

- 351 *Ambiência*  
*Daniel Paiva*
- 363 *Insegurança/medo: navegando as contribuições geográficas (e mais além)*  
*Simone Tulumello*
- 377 *Envelhecimento e condições de vida no centro histórico de Lisboa*  
*Pedro Moura Ferreira e Alda Botelho Azevedo*
- 393 *Fronteiras: conceitos e contextos*  
*Francisco Roque de Oliveira*
- 405 *Sobre os autores*

# Insegurança/medo: navegando as contribuições geográficas (e mais além)

Simone Tulumello  
*Universidade de Lisboa*

## Introdução

Este capítulo lida com dois conceitos interligados, insegurança e medo, que se foram tornando, nas últimas décadas, mais relevantes no pensamento geográfico, pela sua utilidade na compreensão das formas contemporâneas de poder e da reprodução das relações socioeconómicas. Há duas razões para tratar os dois conceitos em conjunto. Primariamente, insegurança e medo permitem focar duas facetas complementares, isto é: as dimensões materiais de risco e incerteza – insegurança, portanto, como falta de segurança; e as dimensões afetivas e emocionais de preocupação, ansiedade e, justamente, medo. Adicionalmente, precisamente devido ao modo como a insegurança e o medo remetem a outros conceitos, entenderemos a dupla como centro duma constelação de conceitos (ver Haesbaert, 2014, capítulo 1) que inclui, além dos mencionados, instabilidade, vulnerabilidade, desconforto, violência, conflito, e algo mais.

O pensamento geográfico tem recentemente concetualizado a dupla insegurança/medo a partir do seu “poder”. Por um lado, sendo um certo nível de segurança – material como afetiva – necessária ao bem estar, até à sobrevivência individual, podemos considerar certas dimensões de insegurança como um limite ao florescimento individual e coletivo. Por outro, o medo tem uma posição especial entre as emoções humanas pela sua ambivalência: necessário à sobrevivência, o medo pode tornar a vida extremamente difícil – não é por acaso que parte significativa dos distúrbios mentais se expressam através de sentimentos de medo e ansiedade. Insegurança e medo afetam profundamente as geografias materiais e afetivas dos indivíduos e dos grupos – por exemplo ao tornar alguns lugares concretamente perigosos ou percebidos como perigosos. Medo e insegurança têm poder, inclusive poder espacial – e discursos retóricos sobre medo e

insegurança foram longamente utilizados para plasmar as percepções públicas sobre prioridades políticas.

É a partir dessas considerações que as relações entre insegurança/medo e espaço – especialmente espaço urbano – se tornaram num campo de interesse acadêmico. Contudo, durante muito tempo as abordagens dominantes preocuparam-se sobretudo em buscar soluções práticas e espaciais para os “problemas” de insegurança. É o caso do “espaço defensável” (popularizado pelo urbanista norte-americano Oscar Newman) ou das técnicas ambientais de prevenção do crime (especialmente a Crime Prevention Through Environmental Design, CPTED), abordagens difundidas no mundo anglófono e que recentemente tiveram alguma presença também no debate acadêmico em Portugal (Saraiva et al., 2019). Essas abordagens têm em comum duas dimensões de determinismo espacial: primeiro, a ideia de que é possível reduzir crime e violência através de intervenções espaciais; e, segundo, que a própria redução do crime geraria, direta e automaticamente, sentimentos de maior segurança. Literatura de cariz mais crítico – que irei utilizar ao longo do capítulo – tem problematizado as associações de causalidade direta entre crime/violência, medo/insegurança e intervenção espacial: por um lado, a promoção material da segurança implica dimensões socioeconômicas que escapam à intervenção espacial e, pelo outro, os sentimentos de medo no espaço urbano nem sempre estão em correlação com os riscos de vitimização. Por exemplo, durante as últimas décadas assistimos, no mundo ocidental, a crescimentos muito rápidos das preocupações com crime e violência, embora nesses mesmos anos os níveis de violência, pelo menos física e direta, terão sensivelmente diminuído. Emerge assim o paradoxo de que as sociedades ocidentais parecem ser ao mesmo tempo as mais “seguras”, pelo menos em termos de criminalidade violenta, do mundo e as mais preocupadas com segurança. Simultaneamente, a segurança – a sua materialidade como a sua percepção – está distribuída de forma desigual dentro de todas as sociedades, inclusive as que são, no geral, relativamente seguras: trata-se, portanto, de um campo caracterizado por fraturas (de classe, étnico/raciais, de gênero...) muito profundas.

Com base nestas constatações, um campo de investigação e teorização, ainda relativamente pequeno mas em evidente crescimento, tem utilizado insegurança e medo como lentes para explorar criticamente a interseção entre cultura, política, economia e processos espaciais de segmentação, segregação, exclusão e injustiça a partir de, e pondo em diálogo, tradições académicas e perspectivas teórico-epistemológicas diferentes – marxistas,

feministas, pós-coloniais e mais. Entre estas, vale a pena destacar as recentes abordagens que têm explorado as geografias afetivas e atmosféricas dos sentimentos e das emoções (ver, por exemplo, Anderson, 2014). Nestas perspectivas, o afeto (affect) é conceptualizado como o meio que permite aos seres humanos (e não humanos) entrar em relação com a materialidade do mundo; e sentimentos e emoções aparecem como manifestações concretas do afeto, expressas na produção de atmosferas emocionais. Uma perspectiva afetiva focaliza a atenção na co-constituição de práticas e emoções e, ao mesmo tempo, no poder e materialidade que tais atmosferas têm. De acordo com Brian Massumi (entrevistado em Evans, 2017), o poder associado ao afeto é um “poder de” (power to, the power to affect, o poder de afetar), uma compreensão complementar à do “poder sobre” (power over), o poder exercido sobre outros sujeitos. Através das perspectivas afetivas e atmosféricas é possível desenvolver uma conceptualização do poder além das suas expressões tangíveis e, por exemplo, prestar atenção às formas de poder que se materializam através da (re) produção de geografias emocionais, inclusive do medo – ver a coleção de textos sobre geografias afetivas urbanas no Brasil, introduzida por Neto (2019).

A partir destas considerações, irei sumarizar a seguir as dimensões com que o pensamento geográfico (e não só) se tem engajado com o poder de medo e insegurança. Estruturarei o cerne da discussão a partir das três dimensões identificadas por Hazem Abu-Orf (2013) na sua teoria sobre cidades em conflito, na reformulação que tenho proposto pelo caso das cidades “comuns” (Tulumello, 2015): as geopolíticas (urbanas) da insegurança; o papel do medo em caracterizar o encontro com a alteridade; e, terceiro, o papel do espaço construído, e das suas espacialidades, em moldar os sentimentos individuais. Em conclusão, irei mobilizar o conceito de paisagens do medo (landscapes of fear ou fearscape; Tulumello, 2017, capítulo 4) que permite ao mesmo tempo articular, e ultrapassar, essas três dimensões. Embora estes debates se tenham desenvolvido sobretudo na literatura, dita internacional, em língua inglesa, terei atenção em apontar também os debates desenvolvidos em Portugal e Brasil, e em língua portuguesa.

## Geopolítica

Um importante contributo oferecido pelo pensamento geográfico às ciências sociais nas últimas décadas tem sido a adoção de lentes geopolíticas, tradicionalmente limitadas às disciplinas da geografia política e das relações internacionais, para estudar transformações socioeconômicas e políticas em escalas sub-nacionais e locais. Em particular, as geografias políticas urbanas, ou geopolíticas urbanas, têm permitido refletir sobre as dinâmicas urbanas a partir das transformações que acompanharam a globalização e neoliberalização (Rossi & Vanolo, 2012 [2010]).

Profundamente influenciado pela abordagem ecológica desenvolvida na escola de Chicago, o pensamento sociológico tem longamente considerado insegurança e medo como componentes inerentes à vida urbana, associados à anomia e ao destacamento típicos da vida nas grandes conurbações (ver Wirth, 1938; e, para uma crítica antropológica, Rodgers, 2016). Uma perspectiva assente nas geopolíticas urbanas permite ir além dessas concepções, e explorar as dimensões político econômicas de insegurança e medo (ver Sandercock, 2002), a partir da construção de ansiedades e pânico sociais como instrumentos para moldar a atenção pública e as agendas políticas.

De acordo Daniel Goldstein (2010), este milênio se tem caracterizado por ser o “tempo da segurança” (security moment) em que insegurança e medo se tornaram instrumentos de governação. A crescente pujança da (in)segurança terá a ver com a longa onda de transformações sociopolíticas, com o declínio do consenso keynesiano dos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial e a emergência de governamentalidades neoliberais. Neste contexto, podemos observar diferentes dinâmicas nas políticas da (in)segurança. Nos países ocidentais, um rápido declínio de crime e violência a partir dos anos 1980, e ao mesmo tempo uma crescente centralidade destas temáticas na agenda política com aprofundamento a seguir dos atentados terroristas dos primeiros anos do milênio em Nova Iorque, Londres e Madrid. São diferentes as dinâmicas em outros contextos geográficos, por exemplo em alguns países latino-americanos, inclusive o Brasil, onde se observam rápidos crescimentos das dinâmicas de violência criminal. Dinâmicas essas, que estão associadas com os impactos sociais de meio e longo prazo resultantes das reestruturações neoliberais dos anos 1970 e 1980 e que, por sua vez, levaram ao aprofundamento de políticas,

fundamentalmente contraproducentes, de repressão (ver, por exemplo, Silva, 2010; Feltran, 2020).

A utilização política do medo ajuda compreender como as transformações no sentido da transição para um estado repressivo terão sido suportadas, em muitos contextos, por largas parcelas das opiniões públicas. Precisamente pelo seu poder de afetar, sentimentos e emoções podem jogar um papel central na construção das agendas políticas. Políticos conservadores e de direita terão descoberto, de forma mais evidente nos anos 1980, que “o crime paga” em termos de consenso político, apresentando-se assim como “duros” para com violência, crime e terrorismo. Nas décadas a seguir, o espectro político de muitos países tem-se reorientado na direção da segurança: de facto, medidas especialmente repressivas têm sido aprovadas por partidos social-democratas – o caso mais conhecido é a Crime Bill de 1994 de Bill Clinton, mas podemos mencionar o plano nacional de videovigilância e as reformas do sistema de segurança interna aprovadas pelo governo socialista português entre 2007 e 2008.

As geopolíticas urbanas têm, portanto, analisado as formas como insegurança e medo se têm tornado componentes centrais da governamentalização do espaço urbano, destacando, por exemplo, como o framing da cidade enquanto espaço de conflito (Graham, 2010) terá servido para justificar políticas de fortificação, vigilância, controlo e privatização, no espaço público e residencial – ver Caldeira (2000) e Haesbaert (2014) para estudos no contexto brasileiro.

## Alteridade

Como argumentado por Rachel Pain (2009), uma concetualização exclusivamente “globalizada” da insegurança pode reduzir a nossa compreensão das topografias emocionais na produção do espaço. Em complementaridade, as geografias feministas têm enfatizado o papel dos sentimentos e dos “corpos” na construção das geografias individuais e coletivas, especialmente no espaço público, lugar de encontro com a alteridade par excellence – ver, por exemplo Grosz (1995), Kirmani (2020) e, para o debate brasileiro, a Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. O encontro é uma experiência complexa, caracterizado por possibilidade e ambiguidade, e por uma variedade de emoções possíveis, desde curiosidade e atração até preocupação e medo. A experiência da alteridade tem sido descrita como um continuo atravessamento de limites e (re)

construção da própria identidade em relação e oposição com identidades e comportamentos alheios.

Esta experiência espacial é mediada por muitos fatores, entre eles as diferenças de grupo associadas entre outros, ao gênero, raça/etnicidade, classe, sexualidade, idade ou habilidade. A percepção que uma pessoa terá do encontro com outra será influenciada por suposições e representações associadas às características visíveis da mesma, tornando as construções normativas hegemônicas dos grupos sociais significativas na experiência do medo. Estas construções podem ser pouco lineares, problemáticas ou até paradoxais. Tomemos como exemplo a representação generalizada das mulheres como vítimas potenciais de crime violento, e especialmente violência sexual, no espaço público. Em geral, sabemos que as mulheres tendem a ser vítimas de “crimes violentos” *strictu sensu* menos que os homens no espaço público, onde tendem ao contrário, a ter sobretudo experiência de comportamentos agressivos raramente criminalizados, como várias formas de assédio – o estudo de Carina Listeborn (2015) sobre a violência anti-islâmica e de gênero na Suécia, e o seu papel em manter ordens espaciais e políticas hegemônicas, demonstra o papel da interseccionalidade nestas questões.

Como longamente reivindicado pelos movimentos feministas, a violência sexual acontece primariamente no espaço privado e na habitação. Embora na representação pública seja omnipresente a ideia de um esturpador racializado (negro, mulato, imigrante...), pobre e/ou mentalmente instável que preda mulheres (brancas) no espaço público, sabemos que conhecidos, familiares ou (ex-)parceiros cometem quase todas as violências sexuais. Neste sentido, a equalização do crime sexual com a alteridade no espaço público acaba por reproduzir uma ordem social patriarcal assente na necessidade de “proteger as mulheres” e reforçada pelo medo de um “outro” geralmente racializado. Por um lado, este medo é um instrumento poderoso de limitação da mobilidade das mulheres, pois as desencoraja a circular sozinhas, em certos lugares, a certas horas. Por outro, esse medo contribui para a manutenção de fronteiras raciais e de classe.

Exatamente pela centralidade das dinâmicas de medo associadas com a alteridade no espaço público na produção de cidadanias diferenciais, o pensamento e a prática feminista têm dedicado muitas energias em re-ocupar e re-conceitualizar o espaço urbano – ver, por exemplo, Machado e Ratts (2017) sobre as práticas de apropriação feminista de espaços públicos em Goiânia.

## Espaço

Até agora, mencionámos só marginalmente o papel do espaço, isto é, do ambiente construído, na dupla insegurança/medo. Esta é uma discussão, contudo, historicamente presente na política urbana. Nem todos se lembram que foi o pânico criado pelas narrativas em torno de Jack o Estripador a tornar a iluminação pública num argumento de discussão pública em Londres e outros locais. Como mencionámos acima, as relações entre insegurança, medo e espaço têm longamente interessado os estudos nas fronteiras entre arquitetura, morfologia urbana e criminologia (veja-se também o campo da *space syntax*). Esses esforços, contudo, na sua busca de relações deterministas entre espaço e sentimentos, não foram capazes de articular as relações entre espaço, ambiente construído – e, portanto, planeamento e urbanismo – e geopolíticas e alteridade.

Em linha com a perspetiva que desenvolvemos até agora, é importante mencionar como, no mundo ocidental e em muitos contextos (pós-) coloniais, as formas modernistas e racionalistas de urbanismo têm jogado um papel central na produção de espaços de medo. Falamos sobretudo de tecidos urbanos produzidos desde o início do século XX, dominados pela mobilidade privada e o automóvel, pela segregação funcional típica do zoneamento, com separação entre as atividades residenciais, laborais e do tempo livre. Em contraste com o domínio de formas de mobilidade pedonal e a mistura funcional típica da cidade pré-industrial (europeia ou não), na cidade modernista o encontro torna-se menos frequente, e o mesmo faz a segregação espacial ao longo de linhas étnico/raciais e de classe – fator, este último, marcado sobretudo nas cidades norte-americanas e do Sul Global (ver Villaça, 2011; Garrido, 2021). Sempre menos frequente e comum, o encontro com “o outro” pode mais facilmente tornar-se numa experiência assustadora.

É só na aparência paradoxal que o próprio nascimento, modernista e racionalista, da disciplina do planeamento e urbanismo foi uma resposta a outros medos – o medo das classes dominantes pela desordem e pela revolta, o medo das classes capitalistas pelos efeitos da urbanização desorganizada sobre a saúde e reprodução das classes trabalhadoras nas grandes cidades industriais. Os planos do Barão von Haussmann para Paris no século XIX, por muitos considerados o primeiro grande exemplo de renovação urbana modernista, ao cortar grandes avenidas no coração do tecido urbano visavam não só melhorar ventilação e circulação, mas também

tornar mais difícil a construção de barricadas e simplificar a deslocação do exército ao longo da cidade – para outro e mais antigo exemplo (século XVIII), o plano de reconstrução da Baixa Pombalina sob a batuta política do Marquês de Pombal, embora fundamentalmente inspirado pelas mesmas ideias, tem sido objeto de escassa atenção nesta perspetiva.

Mais recentemente, discursos sobre medo têm sido mobilizados na produção de formas e soluções espaciais que deveriam reduzir a insegurança e que classifiquei em quatro categorias (Tulumello, 2017, p. 56): i) Cercas (Enclosures), espaços de exclusão forçada para grupos considerados perigosos (tipificados pela forma campo; ver Minca, 2015) e espaços de auto-segregação, como os condomínios fechados, elegidos pelos grupos abastados – ver Silva (2007) em Natal e Tulumello e Colombo (2018) em Lisboa; ii) Espaço Pós-público, ou seja a produção de espaços coletivos privados e publicitados como “seguros” (tipificados pelo centro comercial), bem como fortificação e privatização de espaços públicos; iii) Barreira, a utilização das infraestruturas para fragmentar e segregar áreas urbanas consideradas como problemáticas, nomeadamente às onde residem populações marginalizadas e racializadas; e iv) Controlo, a proliferação de instrumentos de vigilância, das CCTVs a outras formas, tecnológicas ou não (ver Lippert & Wood, 2012). Estas espacialidades emergentes aprofundam as clivagens sociais entre quem tem acesso aos espaços mais desejados e quem é pressionado para áreas marginalizadas e enclausuradas. Ao mesmo tempo, explica Dora Epstein (1998), o processo de rotular alguns espaços como “seguros” acaba por reforçar a ideia de que o espaço urbano no geral é perigoso.

Em síntese, embora planeamento e urbanismo possam contribuir para “empurrar” o encontro na direção da curiosidade ou do medo, seria errado considerar o espaço como uma “variável” independente – como fazem as abordagens e intervenções marcadas por determinismo espacial. É a articulação das dimensões que apresentei até aqui que nos permite compreender criticamente insegurança e medo. Por esse objetivo, em conclusão, pode ajudar-nos o conceito de paisagem.

## Paisagem

O pensamento geográfico (e não só) crítico têm fornecido instrumentos para compreender e explorar insegurança e medo como processos complexos na interseção de dimensões económico políticas (como a utili-

zação política do medo), socioculturais (como as geografias pessoais e coletivas) e espaciais – que observamos através das categorias de geopolítica, alteridade e espaço. Isso ajuda-nos a compreender os paradoxos e contradições que frequentemente caracterizam a (re)produção de insegurança e medo – por exemplo, o facto de os indivíduos, grupos e sociedades mais preocupados não serem sempre os que mais em risco estão, ou a incapacidade de intervenções “técnicas” para reduzir os sentimentos de insegurança. Na produção do medo, e dos seus paradoxos, como instrumento de governação há dimensões discursivas, algo especialmente evidente na utilização do terrorismo como instrumento de justificação da militarização urbana. E há, ao mesmo tempo, dimensões materiais, que emergem na mediação entre espaço e alteridade.

Como podemos pensar e teorizar os paradoxos da insegurança e do medo? Ou, melhor, trata-se mesmo de paradoxos? Ou, ao contrário, o cerne da questão é que a insegurança é uma produção complexa onde o contexto ambiental (político, de políticas, das atmosferas socioculturais) conta mais do que a própria fonte do medo (violência, crime...)? Inspirados pela geografia dos afetos, podemos considerar insegurança e medo como o produto de uma “violência que paira”, da violência – ideal ou material – que pode concretizar-se de muitas formas, a violência criminal, ou a sua produção discursiva, a violência estrutural, cultural, do estado. Pode ser a obsessão de tornar a cidade um espaço confortável a criar tensão e desconforto (Brighenti & Pavoni, 2019), pode ser a atmosfera de medo criada pelas políticas de segurança a materializar a violência urbana (Pavoni & Tulumello, 2020).

É nesta interseção que se torna útil mobilizar um conceito, a paisagem, com longa história na geografia cultural, que tem articulado o seu significado tradicional – ligado à representação da natureza humanizada – com dimensões filosóficas, sociais e políticas. Paisagem refere-se à rede de relações que existem entre um sujeito, a representação, experiências vividas e fatores sociopolíticos. É a partir desta multiplicidade que a paisagem pode articular as dimensões necessárias a concretizar o enredo entre medo, insegurança e espaço.

O conceito de paisagem de medo foi introduzido por Yi-Fu Tuan (1979), interessado em pôr em diálogo estados psicológicos individuais e ambientes físicos. Tuan estava sobretudo preocupado com a forma como ambientes criados como espaços de proteção (as cidades) se tivessem transformado em labirintos desordenados e geradores de medo. Trata-se

de uma perspectiva que relembra de perto os relatos clássicos da experiência urbana dos que, como George Simmel ou Henri Laborit, a partir da observação da urbanização europeia na época industrial, consideravam anomia e agressividade consequências inevitáveis da coexistência humana em ambientes densamente povoados – e, como vimos, influências importantes para a sociologia urbana clássica. Assim, embora tenham contribuído para chamar a atenção para a importância de se considerar o medo pelo seu contributo na produção das geografias individuais e coletivas, as paisagens de Tuan não nos ajudam a capturar as dimensões político-económicas.

Gold e Revill (2003) deram um passo a frente, ao sugerir que, quando aparece como irracional do ponto de vista individual, o medo pode ser o efeito de racionalidades capitalistas e racistas. Para estes autores, se focalizar nas paisagens do medo pode ajudar a balançar entre a economia política do medo e a teorização da insegurança realmente existentes.

Na minha teorização, tenho utilizado as paisagens do medo (*landscapes of fear* ou *fearscapes*; Tulumello, 2017, capítulo 4) precisamente para problematizar a ideia de “espaços” inseguros, que metem medo. Voltamos à raiz do termo *landscape*, que tem origem no Neerlandês *landschap*, composto de *land* (terra) e *scap* (condição), originalmente utilizado para definir uma pintura que representa uma vista larga de ambiente natural e, mais tarde, por extensão um espaço natural com as suas características. Pela sua definição, a paisagem só pode existir na distância, à que existe entre quem observa e o espaço observado. Esta ideia permite-nos pensar insegurança e medo como afetos (materialidade e emoção). Como vimos, a insegurança e o medo são, de facto, gerados por uma série de “distâncias”, além da experiência direta do crime e da violência, por construções geopolíticas, caracterizações estereotípicas e espacialidades urbanas – insegurança/medo como construção relacional. A insegurança afeta a distância, moldando o espaço antes e independentemente da materialidade do risco. Nesta perspectiva, podemos pensar insegurança e medo como atmosferas – contextualizadas mas ao mesmo tempo transescalares – que resultam da produção de várias distâncias, com natureza económico-política, sociocultural e técnica.

Que acontece quando a distância que gera a paisagem é reduzida, até desaparecer? A paisagem é vivida ao mesmo tempo que desaparece. Ao reduzir a distância, ao atravessar fronteiras espaciais e sociais, insegurança e medo são ao mesmo tempo experienciadas e ultrapassadas – mais uma

vez, a natureza complexa, ambivalente e paradoxal da nossa dupla. Tomar consciência das múltiplas dimensões de insegurança e medo significa perceber que o espaço (urbano) não é assim tão perigoso e, ao mesmo tempo, que alguma dimensão de insegurança é ao mesmo tempo inevitável e potencialmente produtiva.

## Referências

- Abu-Orf, H. (2013). Fear of difference: “Space of risk” and anxiety in violent settings. *Planning Theory*, 12 (2), 158-176.
- Anderson, B. (2014). *Encountering Affect. Capacities, Apparatuses, Conditions*. Fanham: Ashgate.
- Brighenti, A. M., & Pavoni, A. (2019). City of unpleasant feelings. Stress, comfort and animosity in urban life. *Social and Cultural Geography*, 20 (2), 137-156.
- Caldeira, T. (2000). *City of Walls. Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press.
- Epstein, D. (1998). Afraid/not: Psychoanalytic directions for an insurgent planning history. Em: L. Sandercock (Ed.), *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*, Berkeley: University of California Press, 209-226.
- Evans, B. (2017). Histories of violence: Affect, power, violence – The political is not personal. Brad Evans interviews Brian Massumi. *Los Angeles Review of Books*, 13 November. Disponível: <https://lareviewofbooks.org/article/histories-of-violence-affect-power-violence-the-political-is-not-personal/#>.
- Feltran, G. (2020). *The Entangled City. Crime as Urban Fabric in São Paulo*. Manchester: Manchester University Press.
- Garrido, M. (2021). Reconceptualizing segregation from the Global South. *City & Community*, 20 (1), 24-37.
- Gold, J. R., & Revill, G. (2003). Exploring landscapes of fear: Marginality, spectacle and surveillance. *Capital and Class*, 27 (2), 27-50.
- Goldstein, D. M. (2010). Toward a critical anthropology of security. *Current Anthropology*, 51 (4), 487-517.
- Graham, S. (2010). *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. New York: Verso.
- Grosz, E. (1995). *Space, Time, and Perversion. Essays on the Politics of Bodies*. New York: Routledge.
- Haesbaert, R. (2014). *Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Hall, A. (2010). "These people could be anyone": Fear, contempt (and empathy) in a British immigration removal centre. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 36 (6), 881-898.
- Kirmani, L. (2020). Can Fun Be Feminist? Gender, Space and Mobility in Lyari, Karachi. *South Asia: Journal of South Asian Studies*, 43 (2), 319-331.
- Listerborn, C. (2015). Geographies of the veil: Violent encounters in urban public spaces in Malmö. *Social and Cultural Geography*, 16 (1), 95-115.
- Lippert, R. K., & Wook, D. M. (2012). The New Urban Surveillance: Technology, Mobility, and Diversity in 21st Century Cities. *Surveillance and Society*, 9 (3), 257- 262.
- Machado, T. C., & Ratts, A. J. P. (2017). As Mulheres e a Rua: Entre o Medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 8 (1), 194-213.
- Mínca, C. (2015). Geographies of the camp. *Political Geography*, 49, 74-83.
- Neto, N. T. (2019). A geografia da FCT/UNESP entre afetos e emoções. *GeoAtos. Revista de Geografia em Atos*, 12, 3-7.
- Pain, R. (2009). Globalized fear? Towards an emotional geopolitics. *Progress in Human Geography*, 33 (4), 466-486.
- Pavoni, A., & Tulumello, S. (2020). What is urban violence? *Progress in Human Geography*, 44 (1), 49-76.
- Rodgers, D. (2016). Critique of urban violence: Bismarckian transformations in contemporary Nicaragua. *Theory, Culture & Society*, 33 (7-8), 85-109.
- Rossi, U., & Vanolo, A. (2012 [2010]). *Urban Political Geographies. A Global Perspective*. London: Sage.
- Sandercock, L. (2002). Difference, fear, and habitus: A political economy of urban fear. *Urbanistica*, 119, 8-19.
- Saraiva, M., Neves, A. V., Santos, H., Diniz, M., Jota, L., & Ribeiro, P. (2019). A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) Em Portugal: Revisão da Literatura e Redes de Conhecimento. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 52, 71-93.
- Silva, L. A. M. (2010). Violência urbana, segurança pública e favelas – O caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, 23 (59), 283-300.
- Silva, M. F. P. S. (2007). Gated communities: The new ideal way of life in natal, Brazil, *Housing Policy Debate*, 18 (3), 557-576.
- Tuan, Y. (1979). *Landscapes of Fear*. Oxford: Basil Blackwell.
- Tulumello, S. (2015). Fear and urban planning in ordinary cities: From theory to practice. *Planning Theory and Practice*, 30 (5), 477-496.
- Tulumello, S. (2017). *Fear, Space and Urban Planning. A Critical Perspective from Southern Europe*. Switzerland: Springer.
- Tulumello, S., & Colombo, A. (2018). Inclusive communities, exclusionary city, planning n/a? Mapping condomínios fechados semi-quantitatively in

Lisbon, Cascais (and Barreiro). Em: P. Granjo, S. Aboim, & A. Ramos (Eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges*. Vol. i. *Ambiguous Inclusions: Inside Out, Inside In*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 481-507.

Villaça, F. (2011), São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 71, 37-58.

Wirth, L. (1938). *Urbanism as a Way of Life*. *American Journal of Sociology*, 44 (1), 1-24.